

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 137 - Brasília, quinta-feira, 14 de dezembro de 1995

Senado discute despesas de novos municípios

O Senado iniciou no final da tarde de ontem a discussão do projeto de lei de autoria do senador Freitas Neto (PFL-PI) que limita em 40% das respectivas receitas líquidas os gastos com o funcionalismo dos estados e municípios que vierem a ser criados. A proposição modifica a Lei Complementar nº 82, de autoria da deputada Rita Camata, e em vigor desde março deste ano, que limita em 60% as despesas com o funcionalismo.

Emenda de Carlos Patrocínio (PFL-TO), na CAE, com parecer favorável do relator Lauro Campos (PT-DF), restringe o cumprimento da lei a 10 anos após a criação do estado ou município.

Participaram dos debates de ontem os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Roberto Freire (PPS-PE) e Coutinho Jorge (PMDB-PA). A matéria continua hoje em discussão.

Jonas: Bancos tiraram do campo US\$ 22 bilhões

O setor bancário tirou da agricultura brasileira US\$ 22 bilhões no período de 1983 a 1993, segundo afirmou ontem o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Ele alertou que não adianta acenar com vantagens para a próxima safra agrícola se os agricultores continuarem "engessados" pelo alto estoque das dívidas. **Página 4**

Aprovado fim de sigilo para político e servidor

Projeto que agora será encaminhado à Câmara abre as contas bancárias de todos os agentes públicos dos três Poderes

O Senado aprovou ontem substitutivo a projeto de lei complementar que acaba com o sigilo bancário de políticos e servidores dos três Poderes. Entre os atingidos, estão os próprios senadores, deputados, ministros, presidente e vice-presidente da República, dirigentes partidários, diretores de empresas estatais, entre outros considerados agentes públicos.

A versão aprovada substituiu uma proposta do senador Pedro Simon, que acabou votando no substitutivo, que fora apresentado pelo senador Roberto Requião durante a tramitação da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Pedro Simon



Roberto Requião

Segundo o senador Beni Veras, que relatou o projeto de Simon na Comissão de Assuntos Econômicos, o substitutivo evita que o mecanismo de quebra do sigilo bancário seja usado de ma-

neira distorcida.

"É um projeto contra nós", reconheceu Simon, um dos 18 oradores que se revezaram na tribuna durante a discussão, que durou duas horas e meia. **Página 3**

Bezerra apresenta relatório sobre a dívida dos estados

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresenta hoje, em plenário, o relatório sobre o endividamento dos Estados. Com parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 49, de autoria dos senadores Humberto Lucena (PMDB-PB), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Ney Suassuna

(PMDB-PB), Carlos Bezerra apresentará um substitutivo em que não reduz o limite de comprometimento da Receita Líquida Real, mas acrescenta, às dívidas incluídas em tal limite, aquelas relativas aos financiamentos imobiliários efetivamente assumidos pelos Estados.

Marinha precisa de recursos, diz Benedita

Ao registrar, ontem, a comemoração do Dia da Marinha, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) lamentou a falta de recursos para o setor. Segundo Benedita, a média de 0,6% de recursos do Orçamento da União destinados à Marinha nos últimos anos "demonstra que estamos na contramão da história". **Página 4**

Líderes discutem pauta para convocação

Sarney e Jáder entendem que o governo deve fixar matérias prioritárias. Página 2

CCJ aprova projeto que garante sindicalista

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) aprovou ontem projeto de lei da Câmara que faculta a concessão de medida liminar, até o final do processo, em reclamações trabalhistas que visem reintegrar ao emprego dirigente sindical afastado, suspenso ou dispensado pelo empregador.

A CCJ também aprovou projeto da Câmara que amplia em 4.155 policiais militares o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal, totalizando 17.736 membros. Os projetos aprovados dependem ainda de aprovação do plenário.

O presidente da CCJ, senador Íris Rezende (PMDB-GO), convocou para hoje, às 10h, reunião extraordinária da comissão para dar prosseguimento à apreciação dos projetos em pauta.

Líderes discutem pauta e recomendam ao governo definir prioridades

O presidente do Senado, José Sarney, reuniu na manhã de ontem o colégio de líderes para debater a pauta que o Congresso Nacional deverá apreciar durante a convocação extraordinária, entre 16 de dezembro e 14 de fevereiro. Segundo Sarney, o governo deve fixar uma pauta enxuta, refletindo os interesses imediatos da administração. Na sua opinião, matérias como a reforma fiscal, o plano plurianual, a questão dos empréstimos aos estados e o Projeto Sivam deverão constar da proposta do Palácio do Planalto.

No final do encontro, o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), disse que a expectativa é a de

que o governo não alargue excessivamente a pauta dos trabalhos extraordinários, imaginando que todos os problemas serão resolvidos num período tão curto. "O governo tem que estabelecer quais são as questões consideradas fundamentais neste momento", recomendou.

Participaram também da reunião os senadores Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo; Sérgio Machado (CE), líder do PSDB; e ainda Edison Lobão (PFL-MA), Ramez Tebet (PMDB-MS), e o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).



Ramez Tebet

Tebet registra a morte de seu 1º suplente

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), em nome da bancada do Mato Grosso do Sul no Senado, lamentou ontem a morte de seu primeiro suplente, Pedro Paulo de Barros Lima.

Ex-prefeito de Corumbá, Pedro Paulo era médico e morreu na madrugada de 10 de dezembro. A ambulância em que ele acompanhava uma paciente de Corumbá para ser atendida em Campo Grande chocou-se com um caminhão.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Apreciação do "PLC nº 126/95, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas; "PLC nº 135/95, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas; "Substitutivo do Senado aos PLCs nºs 137/92, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fabricação de tratores e máquinas agrícolas com estrutura de proteção contra capotagem e outros equipamentos de segurança; 28/95, que estabelece teto para o valor das taxas de inscrição em concursos públicos e proíbe sua cobrança para candidatos pobres; e 38/94, que modifica o art. 1.017 do Código de Processo Civil, para atribuir ao cônjuge sobrevivente e aos herdeiros necessários direito de levantamento de importâncias depositadas em nome do falecido; entre outras matérias.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação das "PECs nº 12/95, que promove a desapropriação, por interesse social, de imóvel, para fins de urbanização, mediante prévia e justa indenização; nº 09/95 (tramita em conjunto com a PEC nº 14/95), que diz respeito aos limites de remuneração do servidor público; e nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da CEF, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; entre outras matérias. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 230/95 (não-terminativo), que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring; e "PLC nº 115/93 (não-terminativo), que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação das "Mensagens nºs 396, 397, 321/95, submetendo à apreciação do Senado Federal, a escolha dos diplomatas Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, Carlos Antonio Bettencourt Bueno e Roberto de Abreu Cruz, para exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto ao Uruguai, Irlanda e Santa Lúcia, cumulativamente com o Suriname,

respectivamente; e "PDL nº 152/95, que aprova o texto do Acordo de Cooperação para Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicótropas, celebrado entre o Brasil e Cuba, em 29.08.94. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação das seguintes matérias: "PLS nº 93/95 (terminativo), que denomina "Governador Nilo Coelho" a BR-428, no estado de Pernambuco; "PLC nº 232/93 (não-terminativo), que inclui os incisos X e XI no art. 4º da Lei nº 8.389/91, que institui o Conselho de Comunicação Social; e PDL nº 123/95 (não-terminativo), que aprova o ato que revoga a permissão outorgada à Rádio Executiva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em FM em Goiânia - GO. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.214/95, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional.

Pauta: Exposição do representante da Confederação Nacional dos Bancários, Carlos Eduardo Carvalho. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 79/92 (não-terminativo), que dispõe sobre a concessão do 13º salário ao seguro em gozo de abono de permanência em serviço; "PLC nº 143/93 (não-terminativo), que institui o direito do educando ao atendimento psicológico-educacional, e "PLC nº 196/93 (não-terminativo), que estende o seguro-desemprego ao trabalhador rural. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissões de Assuntos Econômicos, de Fiscalização e Controle, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Reunião conjunta)

Pauta: Exposição do presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Sérgio Ferreira, sobre o Projeto Sivam. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

ESPECIAL

8h30 - Fórum "Replantar Brasil"

Local: Auditório Petrônio Portella - Senado Federal.

Senado derruba sigilo bancário de políticos e servidores

Substitutivo é aprovado depois de duas horas e meia de debates, com 18 discursos, e estende medida a todos os "agentes públicos"

Depois de duas horas e meia de debates, com 18 discursos, os senadores aprovaram ontem substitutivo a projeto de lei complementar que acaba com o sigilo bancário dos próprios senadores, deputados, ministros, presidente e vice-presidente da República, dirigentes partidários, diretores de empresas estatais e todos os agentes públicos.

Agentes públicos, nesse caso, são todas as pessoas que trabalham para o Judiciário, o Executivo e o Legislativo, com ou sem remuneração, não importando se contratados ou não. A proposta foi aprovada com 43 votos favoráveis, 6 contrários e 15 abstenções.

O projeto substitui uma proposta do senador Pedro Simon

(PMDB-RS), que não era tão ampla. O próprio senador Simon votou pelo substitutivo, apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Requião apresentou seu substitutivo incluindo um parágrafo que estende o fim do sigilo bancário a todos os "agentes públicos".

A proposta ainda pode receber emendas, as quais ainda serão analisadas pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição e Justiça. Só depois disso o projeto será submetido a uma votação suplementar dos senadores. Se aprovada novamente em plenário, será remetida para apreciação dos deputados federais.

"É um projeto contra nós"

"É um projeto contra nós", assinalou o senador Pedro Simon ao defender o projeto. Ele considera dever de qualquer homem público ter uma vida tão transparente que suas contas bancárias possam ser reviradas sem se encontrar qualquer deslize.

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) mudou sua opinião ao ouvir as argumentações de Simon, afirmando que "político é como a mulher de César e não pode se esconder atrás de sigilo bancário".

Gérson Camata (PMDB-ES) lembrou que, em 1982, a Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se contra a quebra do sigilo bancário, sob a justificativa de que o instituto vale para todos e não pode existir exceção.

Já o senador Júlio Campos (PFL-MT), que votou a favor, ironizou afirmando que, com a CUT dominando os bancários, já não existe mais sigilo bancário.

Osmar Dias (PSDB-PR) ponderou que a totalidade dos brasileiros quer o fim do sigilo bancário para os políticos, mas alertou que, se uma pessoa quiser agir ilegalmente, ela pede propinas em dólares ou em ouro.

A mesma opinião foi manifestada por Jefferson Peres (PSDB-AM), para quem "os grandes corruptos têm contas nos paraísos fiscais".

Substitutivo evita mau uso do mecanismo

O projeto acrescenta parágrafos e incisos ao artigo 38 da Lei 4.595/64. Esse artigo 38 estabelece que as instituições financeiras manterão o sigilo bancário, o qual só pode ser aberto a pedido da Justiça e de CPIs do Congresso.

O senador Beni Veras (PSDB-CE), relator do projeto de Simon na Comissão de Assuntos Econômicos, entendeu, no entanto, que o projeto original, como estava redigido, colocaria as contas bancárias das pessoas que exercem os cargos públicos "sujeitas à verifica-

ção por parte de qualquer desafeto".

Para Beni Veras, essas contas poderão ser "usadas de maneira distorcida", alertando que um desmentido da pessoa atingida "interessa bem menos que a acusação, mesmo que falsa".

Bello Parga (PFL-MA) tem o mesmo receio que Beni Veras. Roberto Freire (PPS-PE) frisou, entretanto, que a lei fará restrições para que o fim do sigilo não possa ser pedido por qualquer adversário político ou inimigo pessoal.

Maior rigor com dirigente do BC, sugestão no plenário

Durante a discussão, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu que se deveria manter a quebra do sigilo bancário nos cinco anos subsequentes para quem deixar cargo de direção no governo, em especial diretores e presidente do Banco Central.

Gilvam Borges (PMDB-AP) advertiu para os riscos de se quebrar indiscriminadamente o sigilo bancário e disse que muitos votos dados ao projeto no fundo tentavam satisfazer à imprensa. Bernardo Cabral (AM) lamen-

tou que "alguns homens públicos na atualidade são pautados mais pela imprensa e menos pela dignidade".

Depois de anunciar que votaria contra o projeto, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) interrogou por que não se incluía na proposta o fim do sigilo bancário dos banqueiros do bicho, de bingo e sonegadores conhecidos.

Defenderam ainda o projeto os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Marina Silva (PT-AC), Júnia Marise (PDT-MG) e Lauro Campos (PT-DF).



Suplicy: revelações graves

Suplicy pede nova licitação para Sivam

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou ontem gravíssima a revelação de que seis dos nove membros da comissão que escolheu as empresas Esca e Raytheon para instalar o Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) eram da própria Esca.

Para Suplicy, esse fato é bastantes para orientar o Senado a suspender aquela decisão e requerer a realização de nova licitação. O ex-presidente Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, segundo o senador, não estavam informados sobre isso.

O líder do PT advertiu que a imagem do país está sofrendo sério desgaste no noticiário internacional e cobrou do presidente da República o compromisso de que suspenderia o contrato "se houver um único fato que caracterize irregularidade".

Bancos tiraram US\$ 22 bi da agricultura, diz Jonas Pinheiro

Segundo senador, "agricultores brasileiros foram submetidos a um criminoso processo de saque por parte do sistema financeiro"

Os bancos tiraram US\$ 22 bilhões da agricultura no período de 1983 a 1993, em forma de encargos financeiros. Os números foram citados pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), ao lembrar que há dois anos encerravam-se os trabalhos da CPI do Congresso que investigou as causas do endividamento do setor agrícola.

"Os agricultores brasileiros foram submetidos a um criminoso processo de saque por parte dos agentes do sistema finan-

ceiro", constatou o senador, ao pedir uma urgente solução para a crise no campo, sob o risco de se condenar um setor vital e estratégico da economia.

Jonas explicou que de nada adianta acenar com possibilidades ou vantagens para a próxima safra, se os agricultores permanecerem "engessados" pelo alto estoque das dívidas acumuladas.



Jonas Pinheiro

Mencionando o acordo que o governo fez este ano com os agricultores, o senador disse que a securitização contemplará um universo de 220 mil produtores que têm dívidas junto aos bancos.

Em sua opinião, a securitização demonstra que os esforços despendidos por aqueles CPI mista não foram em vão.



Epitácio Cafeteira

Cafeteira defende ponte no Maranhão

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) criticou ontem a parte do relatório da Comissão de Obras Inacabadas que menciona como "monumento ao desperdício" a Ponte da Amizade, que ligará Teresina a Timon (MA).

A construção da ponte, com 1.070 metros de extensão, foi iniciada em 88 e encontra-se paralisada desde 1992. O senador também criticou o fato de a comissão não ter procurado saber as causas da paralisação.

Em apertes, os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Carlos Wilson (PSDB-PE) afirmaram que o trabalho não visava investigar a razão da paralisação de edificações públicas, mas apenas a inventariá-las.

Ronaldo destaca a UFPB

Os 40 anos de criação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foram comemorados pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), que ressaltou a importante participação dessa instituição na produção científica e cultural do país, além da significativa contribuição que oferece ao desenvolvimento do estado.

O senador destacou, também, o esforço empreendido pelos dirigentes, professores, funcionários e alunos no sentido de superar as dificuldades financeiras da UFPB e transformá-la na mais importante instituição de ensino superior da Paraíba e em uma das dez maiores universidades brasileiras.

Benedita homenageia a Marinha brasileira

A média de 0,6% de recursos do Orçamento da União destinados à Marinha Brasileira nos últimos anos "demonstra que estamos na contramão da história", afirmou a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao registrar a comemoração, ontem, do Dia da Marinha.

A caminho de seu bicentário e com uma história liga-



Benedita da Silva

da à independência do país, os desafios enfrentados atualmente pela Marinha, segundo a senadora, honram seu papel na história da cidadania nacional. É este papel

que deve, na sua opinião, ser o ponto de partida para a formulação de uma política de defesa das águas territoriais brasileiras.



Em ato realizado no gabinete da liderança, o senador Ernandes Amorim (RO) filiou-se na manhã de ontem ao PMDB, que amplia a bancada do partido no Senado para 25 integrantes.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalma Lima e Edison de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Sorala do Carmo ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.